



CN-SIFPM		MUNICIPIO DE ITAPEVI				CONAM					
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL Período de Referência: JANEIRO a DEZEMBRO 2019 / BIMESTRE: NOVEMBRO-DEZEMBRO											
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)							Em Reais				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS				APORTES REALIZADOS							
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar											
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos											
Outros Aportes para o RPPS											
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro											
BENS E DIREITOS DO RPPS				PERÍODO DE REFERENCIA							
				2019		2018					
Caixa e Equivalentes de Caixa				81,46		494.240,09					
Investimentos e Aplicações				538.978.862,21		438.152.954,62					
Outros Bens e Direitos				1.841,73							
PLANO FINANCEIRO											
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS					
						Ate o Bimestre/ 2019					
						Ate o Bimestre/ 2018					
RECEITAS CORRENTES (IX)											
RECEITAS DE CAPITAL (X)											
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (XI)=(IX + X)											
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						Ate o Bimestre 2019		Ate o Bimestre 2018		Em 2019	
										Em 2018	
ADMINISTRACAO (XII)		*		*							
PREVIDENCIA (XIII)		*		*							
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (XIV)=(XII+XIII)		*		*							
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV)=(XI - XIV)2				0,00		0,00		0,00		0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS				APORTES REALIZADOS							
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras											
Recursos para Formação de Reserva											

CONAM-RREO4-2019-1.7

FONTE: CN-SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável- CONTABILIDADE

(\*) Valores não informados considerando que na Lei Orçamentária, a discriminação da despesa, quanto a sua natureza, foi elaborada por categoria economica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos termos do artigo 6o. da Portaria Interministerial STN/SOF No. 163/2001 e alterações posteriores.

Notas:

1. Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não devesse compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.
2. O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e as despesas liquidadas.
3. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. O controle no último bimestre, foi direcionado para a coluna "Despesas Empenhadas", cujo valor devesse ser igual a soma dos valores das colunas "Despesas Liquidadas" e "Inscritas em Restos a Pagar Não Processados". Dessa forma, para maior transparência, as despesas para fins de controle, estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas (executadas) são aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do artigo 35, inciso I da Lei 4.320/64.